



4557 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT06 - Educação Popular

EDUCAÇÃO POPULAR EM CONTEXTO DE RESISTÊNCIA: ATUAÇÃO DO SEDUP NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO NA DÉCADA DE 1980

Orlandil de Lima Moreira - UFPB - Universidade Federal da Paraíba

EDUCAÇÃO POPULAR EM CONTEXTO DE RESISTÊNCIA: ATUAÇÃO DO SEDUP NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO NA DÉCADA DE 1980

Resumo: O artigo apresenta como problemática a presença dos centros de assessoria e educação popular em um contexto de resistência ao autoritarismo político no Brasil. Tem como recorte histórico os anos de 1980, período de efervescência política, marcado por ações de resistência e conquistas democráticas, tendo o movimento de Educação Popular papel importante nesse processo político. O Serviço de Educação Popular (SEDUP) surge nesse contexto no ano de 1981, por iniciativa da Igreja Católica, alinhada à Teologia da Libertação, corrente teológica que desempenhou um papel importante no desenvolvimento da educação popular. A pesquisa está sendo realizada no pós-doutorado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Utiliza como metodologia a pesquisa documental. Analisa a educação popular no Nordeste brasileiro, tendo como referência a experiência educativa desenvolvida pelo SEDUP na região do Brejo da Paraíba. Tem como objetivo sistematizar sua trajetória histórica na década de 1980, quando inicia suas atividades educativas junto às classes populares, constituindo juntamente com outras organizações um movimento de Educação Popular na região.

Palavras-chaves: Educação Popular. Memória. SEDUP.

Introdução

A Educação Popular no Brasil emerge em um contexto de intensa efervescência política nos anos de 1950, tendo como lócus os movimentos sociais e as organizações populares. Momento singular que se estendeu para as décadas seguintes, sem deixar de estabelecer vínculos históricos com outros momentos significativos para essa prática pedagógica, a qual sempre teve como sujeitos as classes populares. Ação educativa que, segundo Brandão, realiza-se tanto no espaço escolar como em espaço não escolar, caracterizando-se “como o trabalho social agenciado através do qual são criadas situações e processos instrumentais de transferência de saber”. Trata-se, portanto, de ações sociais educativas desenvolvidas por instituições oficiais ou da sociedade civil, que Brandão denomina de agências sociais, as quais prestam um serviço junto a um determinado grupo social (BRANDÃO, 1995, p. 11).

As iniciativas educativas populares que emergiram nesse período foram desenvolvidas em vários estados brasileiros, principalmente na região Norte e Nordeste, contribuindo para a formação de um pensamento pedagógico emancipatório, o qual passa a ser referência para práticas educativas populares desenvolvidas no Brasil e na América Latina.

O Serviço de Educação Popular (SEDUP) surge em um contexto de resistência na década de 1980, por iniciativa da Igreja Católica alinhada à Teologia da Libertação. Corrente teológica que desempenhou um papel importante no desenvolvimento da Educação Popular, com a criação de centros de assessoria no Brasil e na América Latina.

O artigo apresenta como problemática a presença dos centros de assessoria e educação popular em um contexto de resistência ao autoritarismo político no Brasil. Tem como recorte histórico os anos de 1980, período de efervescência política, marcado por ações de resistência e conquistas democráticas protagonizadas pelos movimentos sociais e setores progressistas da sociedade brasileira, tendo o movimento de Educação Popular papel importante nesse processo político.

É resultado da pesquisa que vem sendo realizada no pós-doutorado que está em curso, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Trata de refletir sobre a educação popular no Nordeste brasileiro, tendo como referência a experiência educativa desenvolvida pelo SEDUP na região do Brejo. Tem como objetivo sistematizar sua trajetória histórica na década de 1980, quando inicia suas atividades educativas junto às classes populares, moradores de áreas rurais e bairros periféricos das cidades da região, constituindo juntamente com outras organizações um movimento de Educação Popular.

O artigo está organizado em cinco partes. Na primeira, a qual estamos desenvolvendo, apresentamos a problemática geral do artigo, destacando o contexto da experiência em estudo e a sua importância enquanto uma ação educativa popular em um período de resistência política. Na segunda parte, situamos o debate sobre a educação popular numa perspectiva histórica, oferecendo uma reflexão teórica e metodológica acerca do pensamento pedagógico da educação popular. A terceira parte corresponde à análise dos conflitos sociais e ao contexto de resistência em que se constitui a experiência de educação popular na região. Na quarta parte refletimos sobre o processo de criação do SEDUP enquanto uma ação de resistência, destacando suas ações educativas como propulsoras para o movimento de educação popular na região. Por fim, as considerações finais onde apontamos alguns desafios da ação no período e elementos que poderão iluminar as práticas educativas populares na atualidade.

O debate sobre Educação Popular em retrospectiva histórica

É importante demarcar neste estudo a compreensão sobre as práticas educativas, as quais estamos denominando de educação popular. Compartilhamos do pensamento de Brandão de que tais práticas não têm sua origem nos anos de 1960. Na visão desse autor, em fins do século XIX e começo do século XX, já se tinha notícia de projetos de educação com pequenas escolas em bairros operários de São Paulo que recebiam operários adultos e filhos de trabalhadores, com uma perspectiva crítica ao modelo de educação vigente. Como afirma Brandão (2002, p. 140): “E este poderá ter sido um primeiro momento em que uma experiência pedagógica com perfil alternativo e transgressivo de uma *educação popular* foi realizado entre nós”.

Um segundo momento da Educação Popular localizado por Brandão, ocorreu nos anos de 1920, com a luta por escolas públicas para as classes populares, com um caráter gratuito e laico. Estudos realizados por Beisiegel (1974) e Spósito (1993) trataram de analisar as experiências educativas desse período as quais foram significativas para ampliação da educação às classes populares.

Por último, Brandão indica um terceiro momento da Educação Popular, nos anos de 1960, período de maior visibilidade da história da Educação Popular quando emergem os movimentos de Cultura Popular, momento de forte efervescência política e que marcou historicamente a Educação Popular no Brasil. Movimento teórico e prático que se transformou em uma corrente do pensamento pedagógico, com repercussão em vários países, com destaque para a América Latina, pela contribuição histórica de vários pensadores educadores que desenvolveram experiências educativas dentro dessa perspectiva.

Nesse período, desenvolveram-se no Brasil várias experiências no campo da educação popular que vão se constituir em referências importantes para esse movimento educativo no Brasil, com destaque para o Movimento de Educação de Base – MEB (WANDERLEY, 1984), Movimento de Cultura Popular – MCP (SOUZA, 2014), Centro Popular de Cultura – CPC (BERLINCK, 1984) e Campanha de pé no chão também se aprende a ler (GÖES, 2001). Movimentos educativos que tinham como sujeitos setores e classes populares da sociedade brasileira.

Este movimento de Educação Popular, em seu primeiro momento, privilegiou a cultura popular e a alfabetização de adultos como suas principais ações. Em um segundo tempo, expandiu-se para outros campos de atuação, sempre visando à valorização da cultura popular e tendo como perspectiva a emancipação dos sujeitos expostos à dominação cultural, econômica e política. São experiências orientadas por um pensamento pedagógico popular que se espalhou e passou a influenciar diversas práticas educativas de caráter emancipatório, que têm o pensamento do educador Paulo Freire (2005) como referência singular para a sua reflexão teórica e prática pedagógica, constituindo-se em um “paradigma epistemológico assumido como matriz de interpretação a partir da qual os coletivos sociais leem e se relacionam com a realidade e na qual as subjetividades são primordiais” (CARRILLO, 2013, p. 15).

A Paraíba não ficou de fora desse movimento. A Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), na década de 1960, teve papel relevante, desenvolvendo ação no âmbito da alfabetização de adultos, tendo como principal território para sua realização áreas rurais, o que possibilitou a alfabetização de centenas de pessoas, chegando a ser referência no movimento de Educação Popular no Nordeste (FÁVERO; SOARES JUNIOR, 1992).

As iniciativas que emergiram nesse contexto localizavam-se em vários estados brasileiros, principalmente na região Norte e Nordeste com a participação de vários educadores/ as e intelectuais, os quais contribuíram com reflexões acerca do papel da educação na sociedade para a formação de um pensamento pedagógico emancipatório.

A interrupção desse movimento pelo regime militar não conseguiu destruir esse pensamento pedagógico, fruto das diversas práticas educativas desenvolvidas junto aos movimentos sociais populares. Em meio às ações de resistência durante o regime militar, esse pensamento, denominado de forma geral de Educação Popular fundamentou e orientou as ações organizativas e educativas realizadas nas áreas rurais e periferias das cidades, mesmo sob as atrocidades de um regime autoritário. De forma subterrânea adentrou pelos mais longínquos territórios, contribuindo para a resistência democrática e fortalecimento da organização popular, aspecto fundamental de nossa investigação.

Período localizado por Brandão como o quarto momento da Educação Popular, o qual ele identifica como herdeiro direto do terceiro momento, ocorrido na década de 1960 (BRANDÃO, 2002, p. 159). Tem como tempo histórico os anos de 1970, passando pela década de 1980 e chegando até aos anos de 1990.

Nesse período, a Educação Popular emerge com uma intensa associação com os movimentos sociais de caráter popular, constituindo um movimento de resistência e luta pela democratização da sociedade, tendo as organizações populares como atores desse processo, que culminou com o fim da ditadura militar em 1985, adentrando para um período de transição democrática.

A educação popular e o cenário político e eclesial na região do Brejo paraibano nos anos de 1980

Os conflitos sociais na Paraíba têm uma trajetória bem conhecida e analisada por estudiosos da problemática rural, com destaque para os estudos sobre as lutas sociais nos anos de 1950 e 1960, quando as Ligas Camponesas protagonizaram a luta pela terra e a reforma agrária (BENEVIDES, 1985; AUED, 1986). Na região do Brejo paraibano as mobilizações rurais também se fizeram presentes nesse período e com continuidade em outros momentos históricos com participação de outras organizações de trabalhadores rurais.

Na década de 1980 assistimos a uma retomada das lutas sociais nessa região, pela reforma agrária e por melhores condições de trabalho e salários, articuladas às mobilizações nas cidades pela conquista de direitos e melhores condições de vida, expressão da resistência ao regime militar, movimento que ocorrera em outras regiões do Brasil a partir dos anos de 1970, como sugere Ana Maria Doimo em estudo sobre esse período (DOIMO, 1995).

A partir do avanço das relações capitalistas no campo, com a entrada dos projetos financiados pelo Estado, a exemplo do Proálcool e do Projeto Nordeste os quais impulsionaram a modernização conservadora no campo, eclodiu um conjunto de situações de injustiça contra os trabalhadores rurais em relação à posse e uso da terra e ao descumprimento de direitos trabalhistas no campo, dando origem ao surgimento de conflitos sociais em territórios rurais do Brejo paraibano.

Dois tipos de conflitos sociais ganharam visibilidade na região nesse período: pela posse e uso terra, denominados de “conflitos de terra” e os trabalhistas. Realidade que levou a região a ser palco da ascensão das lutas sociais no campo e a retomada da mobilização sindical e dos movimentos populares, com participação importante da Igreja Católica como mediadora (SILVA, 1992; TOSI, 1988; METIDIERO JUNIOR, 2008; PAIVA NETO, 2012).

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais não assistiram sem resistência às ações de violência por parte dos proprietários rurais. Nesse período se registraram na Paraíba 67 conflitos. Na região do Brejo, território de atuação do SEDUP, o cenário era semelhante a outras regiões da Paraíba em termos da inauguração e ascensão dos conflitos sociais e da retomada dos movimentos sociais populares, protagonizados pelos trabalhadores e trabalhadoras como sujeitos políticos (TOSI, 1988;

BERTOLAZZI, 1989).

Os conflitos de terra foram os primeiros a ganhar maior visibilidade nos anos de 1980, com presença em vários municípios. Segundo documento entregue pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais ao INCRA, em 1986, por ocasião do primeiro acampamento em sua sede, existiam na Paraíba 135 áreas de conflitos localizadas em diferentes regiões, com destaque para a região do Brejo, com 28 áreas de conflitos em 11 municípios. Realidade resultante de ameaças de expulsão da terra pelos proprietários, para dar lugar à plantação de cana-de-açúcar ou criação de gado e platino de capim (TOSI, 1988, p. 45).

O segundo tipo de conflito social visível na região nesse período foram os conflitos trabalhistas, em função da realidade de desrespeito aos direitos por parte dos proprietários de terras, senhores de engenhos e usineiros na relação de trabalho assalariado na cana-de-açúcar. Problemática que se desenvolveu no território denominado de área canavieira^[1] e que resultou em grandes mobilizações e greves nos anos de 1980, após os incentivos do Proálcool, considerado um marco para emergência desses conflitos sociais, por colocar em disponibilidade para os produtores de cana-de-açúcar incentivos governamentais para a expansão da área plantada, renovação das usinas de açúcar e instalação de destilarias de álcool.

Realidade que não minimizou o processo de exploração nem melhorou as condições de vida e trabalho dos assalariados da cana; ao contrário, os níveis de exploração foram aumentados com controle rígido no processo de trabalho e descumprimento dos direitos trabalhistas, além da ação de expropriação que levou muitos trabalhadores a morarem nas pontas de ruas sem condições de infraestrutura urbana e serviços públicos, tendo agora que se deslocar de seus locais de moradia para o local de trabalho, como revela a pesquisa realizada pelo SEDUP (SEDUP, 1986).

Esta realidade fez emergir um processo de organização na região canavieira com o apoio de mediadores externos, mesmo frente a uma realidade de sindicatos frágeis, em sua maioria controlados pelos proprietários de terra, exercendo o controle direto sobre os trabalhadores. Ação que resultou em um processo de renovação sindical por meio de grupos de oposição nos sindicatos que tinham uma atuação de não defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e reforço às direções sindicais que já vinham assumindo a luta pelos direitos.

Nesse processo, a participação das organizações de apoio se destaca pelo papel que exerceram enquanto mediadores, contribuindo para a visibilidade dos conflitos sociais, assim como no desenvolvimento de uma ação pedagógica. Ressalto nesse contexto o papel que o SEDUP desenvolveu no âmbito educativo com sua expertise no campo da Educação Popular, tendo como tarefa a assessoria política junto aos dirigentes sindicais e a produção de material pedagógico e informativo, assim como metodologias para mobilização de base, utilizados nos períodos de campanhas trabalhistas, campanhas salariais, eleições sindicais, momentos de resistência nos conflitos de terra, mobilização e concentrações públicas (TOSI, 1988; BERTOLAZZI, 1989).

Essa ação educativa se realizou por meio de atividades de capacitação junto às lideranças sindicais, animadores de comunidades, agentes de pastorais etc., os quais tinham a tarefa de realizar as reuniões de base nas comunidades rurais, áreas de conflitos, delegacias sindicais e pontas de ruas nas cidades, tendo como suporte os materiais pedagógicos elaborados em forma de panfletos, cartilhas, cartazes, conjunto de slides e vídeos, cujo objetivo era orientar as discussões nas reuniões de base que aconteciam em diferentes territórios.

Trata-se de um período de efervescência dos conflitos sociais e mobilizações protagonizados pelas classes populares, tendo como mediadores um conjunto de organizações com destaque aqui para a Igreja Católica com suas pastorais e serviços sociais e de educação, denominados nesse momento de centros de Educação Popular, os quais tiveram papel importante no desenvolvimento de ações educativas e cidadãos junto aos movimentos populares e que se destacaram em diversas regiões do Brasil nos anos de resistência à ditadura militar e transição democrática.

O Serviço de Educação Popular (SEDUP): trajetória e práticas educativas em tempos de resistência

A criação do SEDUP, em 1981, ocorre em um cenário político de resistência política ao regime militar, e em meio a mudanças de orientação teológica da Igreja Católica da região do Brejo em direção à Teologia de Libertação, após a nomeação do bispo D. Marcelo Pinto Carvalheira como primeiro pastor da Diocese de Guarabira, criada em 1980.

Nesse contexto de resistência, e frente à necessidade de estender o apoio aos movimentos populares emergentes, e percebendo o povo como “novo sujeito histórico” foi se concretizando no interior da Igreja do Brejo a ideia de criar um serviço de educação para a população que não fosse igual à escola e que contribuísse com a organização popular, tendo como orientação metodológica a Educação Popular, como afirma D. Marcelo em carta, ao fazer referência ao projeto de criação do SEDUP, no momento de sua discussão.

Daí ter pensado naquele primeiro esboço de projeto, tanto de formação histórica, política, jurídica, social, como também a formação de ministros, animadores de comunidades, de fé e culto. Tudo isso dentro da **legítima Educação Popular**, quer nos métodos, quer nas metas (SEDUP, 1981a). (Grifo nosso).

Essa ideia trazia em seu formato a construção de um espaço que ajudasse a responder as demandas que emergiam dos movimentos populares, de modo a responder questões tais como: “o que fazer para aumentar a consciência da classe trabalhadora”? Pergunta sempre presente nas reuniões do Conselho Pastoral. Nesse sentido, afirma Silva, quando se refere a esse movimento de criação desse serviço, ao destacar a fala de um agente de pastoral da diocese:

Por que não fundarmos aqui no Brejo uma universidade popular?^[1] Um centro de estudo que possa oferecer cursos às lideranças do movimento popular, que recontem a história de nosso povo, onde o povo seja ‘sujeito’, que ensine não somente a ler, mas a pensar a nossa realidade por um ótica crítica, sob o ponto de vista da classe trabalhadora, que contribua no processo de organização popular (SILVA, 1992, p. 46-47).

Nesse debate acerca da criação de um serviço com as características acima descritas, vai se desenhando uma proposta de um serviço com inspiração no pensamento pedagógico da Educação Popular, tendo Paulo Freire como uma de suas referências. Tratava-se, portanto, de uma iniciativa que estava em sintonia com o que vinha ocorrendo em vários recantos do Brasil, com a criação de centros de assessoria popular orientados pelo pensamento pedagógico da Educação Popular. Doimo em estudo sobre os movimentos sociais e a participação política pós 70, destaca a presença da Educação Popular nesse contexto dos anos de 1980, destacando o crescimento dos centros de assessoria popular, além da produção de artigos e de materiais pedagógicos (DOIMO, 1995, p. 130-134).

As primeiras ações desenvolvidas pelo SEDUP tiveram início em fevereiro de 1981, com a organização de uma estrutura mínima: abertura de um escritório com alguns equipamentos necessários ao seu funcionamento e a formação de uma equipe, composta por uma pedagoga, uma secretária e colaboradores esporádicos, ligados à Universidade Federal da Paraíba (SEDUP, 1981; SILVA, 1992, p. 52). Equipe que teve a tarefa de começar a realizar as primeiras atividades junto aos grupos populares e sindicatos, além de mobilizar e articular intelectuais para sua ampliação. Como enfatiza Valéria Rezende em entrevista:

O SEDUP nasce no início da década de 80 dentro de uma rede internacional. Montei uma equipe de profissionais que tinham experiência da educação de base em vários países. Os meninos do PEM que foram para as universidades vinham à Guarabira, nos finais de semana, para engrossar a equipe do SEDUP. E a meta era que assim que se formassem se dedicariam a trabalhar no SEDUP (REZENDE, 2015).

A equipe se ampliou, recebendo intelectuais de movimentos católicos internacionais^[iii] e brasileiros, e estudantes universitários da região. E assim foi se constituindo a equipe de educadores e educadoras populares do SEDUP, com a participação de profissionais de diferentes áreas de conhecimentos, com destaque para pedagogos/as, sociólogos/as, jornalistas, filósofos, economistas e assistentes sociais, denominados genericamente de educadores e educadoras populares. Valéria Rezende enfatiza:

O SEDUP era uma equipe especializada em aprofundar conteúdos e criar metodologias para fazer a formação sociopolítica e econômica dos movimentos sociais que surgiam nas Comunidade Eclesiais de Base e das próprias comunidades de Base para criar movimentos. (REZENDE, 2015).

Nos primeiros anos de sua atuação o SEDUP se caracterizou por uma ação junto às CEBs - Comunidades Eclesiais de Base, grupos populares e sindicatos, tendo como principal tarefa contribuir com a retomada da organização social interrompida pelo golpe militar. Esse período se define como de apoio direto ao processo de organização e mobilização desses sujeitos coletivos, tendo como meta fomentar a organização de base. Nesse período, as atividades aconteciam de forma assistemática, de acordo com as necessidades apresentadas pelos grupos.

Nas comunidades rurais o trabalho acontecia em estreita relação com a pastoral rural da Igreja Católica, tendo como foco as ações de organização comunitária, com orientação para a produção comunitária, educação sindical e alfabetização de adultos^[iiii]. Um segundo campo de ação foi a periferia das cidades, com atividades nas associações e grupos de moradores de bairros populares, constituindo-se em um segundo território onde se desenvolveram as primeiras ações do SEDUP. As principais demandas eram solicitações para realização de cursos sobre direitos trabalhistas, previdência e elaboração de boletins informativos e educativos, pesquisa sobre as condições de vida dos moradores dos bairros populares etc.

Na medida em que as atividades foram se consolidando e ganhando visibilidade e legitimidade, os objetivos foram sendo definidos, chegando aos seguintes:

Proporcionar junto aos grupos da população pobre maior acesso às informações que necessita revitalizar os conhecimentos e as expressões da própria cultura popular;

Ajudar os grupos populares a criar e apropriar-se de uma metodologia pedagógica adequada às suas necessidades de autoeducação, que possa ser usada permanentemente;

Formar educadores e comunicadores populares no seio das próprias comunidades e grupos populares, que aumente sua autonomia;

Capacitar as lideranças populares para suas tarefas organizativas;

Fazer com que se crie um sistema pelo qual os conhecimentos, expressões e técnicas criadas e possuídas pelas classes populares da região sejam organizadas, registradas e divulgadas entre os grupos e comunidades populares (SEDUP, 1982).

O aumento do volume de atividades exigiu a especialização do trabalho e a estruturação de setores na organização interna. Nesse momento foram se definindo as linhas de ação e divisão de responsabilidades entre os educadores e educadoras que compunham a equipe de trabalho. Em 1984, o SEDUP se organizou internamente por setores, constituindo núcleos de trabalho com atribuições específicas, de forma a realizar um trabalho com mais qualidade. Definição que resultou na organização dos seguintes setores de atuação, como apresentado no quadro abaixo:

Quadro 1 - Setores de atuação do SEDUP

Setores	Objetivo	Atividades
Alfabetização	Alfabetizar lideranças e capacitar para atuação em suas organizações	Alfabetização de adultos e Capacitação de alfabetizadores populares
Assessoria sindical	Apoiar os sindicatos e oposição sindical no processo de organização	Planejamento sindical Apoio logístico nos processos de mobilização...
Comunicação Popular e produção de material	Produzir material pedagógico de suporte aos trabalhos desenvolvidos, e, ou, assessorados pelo SEDUP	Produção de filmes em Super-8; Produção de audiovisual; produção de material pedagógico impresso (folhetos, livrinhos, panfleto); fotografias; capacitação de grupos para uso das técnicas de produção de material de comunicação popular
Documentação	Registrar as atividades realizadas pelo SEDUP e documentar as informações produzidas por outras organizações e pela imprensa	Arquivo e registro das atividades do SEDUP; arquivos de publicações populares; arquivo de informações da imprensa; organização de uma pequena biblioteca
Formação de base	Capacitar trabalhadores para melhor assumir os rumos do sindicato e fortalecer suas formas de organização	Realização de cursos de base
Mulheres	Aumentar a participação da mulher no sindicato; fortalecer a luta conjunta com os companheiros; atingir um maior número de mulheres na luta por terra e salário	Organização de grupos de mulheres nas comunidades, sindicatos e paróquias; Discussão sobre saúde da mulher
Tecnologia popular (Pequenos produtores)	Criar um método de atuação que transforme o cotidiano em experiência educativa; conhecer a situação e os problemas dos pequenos agricultores da região (pesquisa)	Pesquisa sobre as formas de produção; organização de grupos de pequenos agricultores; devolução das pesquisas junto aos agricultores; discussão sobre tecnologias alternativas
Pesquisa	Conhecer a realidade na qual o SEDUP pretende atuar	Realização de pesquisa sobre a realidade da região do Brejo

Fonte: Informativo sobre as atividades do SEDUP Social, 1984.

Os setores e suas ações educativas

A experiência com alfabetização de adultos teve início em 1982, em continuidade à ação realizada pelo PEM^{iv} – Projeto Educativo do Menor, iniciada em 1980. O SEDUP deu prosseguimento à atividade de alfabetização, entendida como uma atividade importante, em decorrência da situação de analfabetismo na região e da necessidade das lideranças que emergiam dos grupos populares de se alfabetizarem para melhorar o seu desempenho nas atividades de organização junto aos grupos populares. Os primeiros grupos de alfabetização de adultos nas comunidades rurais começaram em 1982, chegando em 1984 com a formação de 20 grupos, localizados em diferentes municípios da região do Brejo (SEDUP, 1984).

Considerando a dimensão que ganhou essa ação educativa, em 1984 foi criado o setor de alfabetização, como parte do processo de setorialização que estava em curso na organização interna da instituição. As ações do setor se realizavam nos seguintes aspectos: alfabetização direta nos grupos, capacitação de alfabetizadores e planejamento pedagógico. Ação que se realizou durante toda a década de 1980.

As atividades de assessoria junto aos sindicatos de trabalhadores rurais e grupos de oposição tiveram início nos primeiros anos de funcionamento do SEDUP. A realização das semanas sindicais e campanhas trabalhistas realizadas em 1981, 1982 e 1983, momentos de mobilização de base e de massa com as concentrações públicas no 1º de maio resultaram em um maior volume de trabalho nesse campo da ação sindical, o que exigiu a formação de um setor específico para desenvolver as atividades nesse campo de trabalho, como revelado em um projeto da instituição, quando se refere à criação desse setor (SEDUP, 1988). Em 1983, o trabalho de educação sindical se intensifica, em particular com a realização de eleições sindicais com participação de chapas de oposição.

As ações desse setor tinham como objetivo fortalecer a organização sindical no campo, para a realização de um processo de renovação, tendo em vista que a maioria dos sindicatos de trabalhadores rurais na região não desenvolvia uma ação em defesa dos direitos dos trabalhadores, em função de sua vinculação com o poder local (TOSI, 1988). Nesse âmbito, a tarefa do SEDUP foi desenvolver a educação sindical, por meio de processos metodológicos que favorecessem a conscientização e a mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tendo como referência a Educação Popular.

A comunicação e documentação fez parte das ações do SEDUP desde sua origem, tendo como tarefa a construção de metodologias de comunicação popular e a produção de material pedagógico, como eixos importantes no trabalho educativo. Atividade que começou com a produção de folhetos, cartilhas, tendo como objetivo auxiliar metodologicamente nas reuniões de base dos grupos populares. Material impresso de forma simples, com o uso do mimeógrafo e estêncil. Sua principal característica era ser materiais pedagógicos com o uso de uma linguagem acessível aos grupos e com ilustrações, em função de um público de maioria analfabeta.

Nesse campo da comunicação popular, com a introdução de outras tecnologias, a produção de conjuntos de audiovisuais e de filmes em super-8, realizada inicialmente, foi substituída pelo uso da tecnologia VHS, passando à produção de vídeos. Somada a essa tarefa de produção de materiais pedagógicos impressos e audiovisuais, realizava-se também processo de capacitação de comunicadores populares, com vistas à formação de lideranças com a tarefa de ser comunicadores populares, com habilidades para o manuseio e uso das tecnologias de comunicação popular.

A documentação popular também foi uma ação sempre presente no SEDUP. Um acervo de publicações populares produzidas por movimentos sociais e centros de assessoria popular foi sendo construído ao longo dos anos, como forma de preservação da memória dos movimentos populares da região, suas lutas e conquistas documentadas através de documentos impressos, fotografias e vídeos, com o objetivo de subsidiar a produção de materiais pedagógicos.

A ação de formação de base realizada desde o início logo se transformou em setor, em função das demandas apresentadas pelas organizações populares e sindicais, para desenvolver uma ação de formação política e sindical de

base. Nesse sentido, foi formada uma equipe específica para desenvolver esta atividade junto aos grupos e organizações populares, em particular na área rural. O objetivo desse setor era desenvolver processos de formação com vistas a contribuir com formação política e educação sindical das lideranças, além de suscitar o surgimento de novas lideranças sindicais na base. Ou seja, lideranças oriundas das comunidades rurais, locais de trabalho e delegacias sindicais. O trabalho era realizado inicialmente pelos educadores e educadoras do SEDUP. A partir da realização de um processo de capacitação, passou a ser desenvolvido também por monitores/educadores populares, ampliando o seu alcance para outras localidades não atingidas pelos educadores do SEDUP, os quais passaram a priorizar o processo de formação, além do acompanhamento pedagógico.

O setor de mulheres tem sua formação a partir do processo de organização das mulheres camponesas que participavam da pastoral rural. Em função dessa iniciativa surgiu a demanda para que o SEDUP colaborasse com essa experiência. A solicitação foi aceita, dando início à colaboração, disponibilizando uma educadora para acompanhar e colaborar com a mobilização das mulheres trabalhadoras rurais. Nesse tempo de colaboração com a organização das mulheres, o SEDUP desenvolveu ações no âmbito da formação política, mobilização e produção de material pedagógico, trabalho que resultou mais tarde na organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMT).

O setor de tecnologia popular, com ações junto aos pequenos produtores rurais teve sua organização com a meta de auxiliar na melhoria da produção dos pequenos agricultores através da difusão e uso de tecnologias alternativas ou apropriadas, termos que eram usados no momento. As atividades desenvolvidas tinham como objetivo criar métodos no âmbito da produção agrícola, através da construção de unidades de experimentação com o uso de novas tecnologias de menor impacto no meio ambiente, as quais pudessem ser observadas e comparadas pelos agricultores em relação às formas "tradicionais" da produção. O conhecimento produzido através das unidades experimentais e a troca de saberes possibilitavam o desenvolvimento de ações educativas, fazendo com que houvesse um aprendizado para a utilização de novas formas de produzir e uso de novas tecnologias.

Por fim, o setor de pesquisa, com ações no campo da investigação sobre a realidade na região do Brejo. O setor ganha uma estrutura mais sólida a partir de 1983, quando o SEDUP decide realizar uma pesquisa sobre as condições de vida e trabalho na zona canavieira. A partir dessa iniciativa, que demandou um volume maior de trabalho, foi contratada uma consultoria, além de firmar uma parceria com professores da Universidade Federal da Paraíba, *campus* de Campina Grande. O setor era composto por uma equipe permanente de técnicos educadores do SEDUP, além de colaboradores eventuais e consultores.

Ao longo desse tempo o SEDUP buscou desenvolver ações no campo da Educação Popular, tendo como foco os atores sociais do campo popular, seja em territórios rurais ou em áreas urbanas. Seu principal objetivo sempre foi desenvolver processos políticos e educativos que favorecessem o protagonismo das classes populares na construção da cidadania e da justiça social, tendo como orientação metodológica a Educação Popular.

Considerações finais

Considerando a trajetória histórica do movimento de Educação Popular, a experiência educativa desenvolvida pelo SEDUP na região do Brejo paraibano pode ser pensada dentro de dois momentos históricos distintos. Um primeiro período, caracterizado por um contexto de resistência à ditadura militar, em seu momento de distensão, mas ainda com forte ação repressiva. Um segundo, dentro de um cenário de construção da democracia, o que se denominou de um tempo de "transição democrática", marcado por uma abertura política que possibilitou uma ampliação da ação sociopolítica dos sujeitos populares. Contextos políticos entrelaçados por mudanças e continuidades no processo de resistência, marcados por ações educativas populares que tiveram como referência o pensamento pedagógico da Educação Popular, com destaque para o educador Paulo Freire, com sua pedagogia do oprimido.

Nesse tempo desenvolveu uma ação educativa popular, tendo como sujeitos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, considerando toda a sua diversidade e os moradores de bairros populares: mulheres, jovens e adultos, assim como as lavadeiras e empregadas domésticas. Ação que contribuiu para a retomada da organização dos movimentos populares e sindicatos rurais, constituindo-se como sujeitos políticos coletivos através da construção de suas organizações representativas, as quais se fortaleceram e ganharam autonomia política com atuação na cena pública, denunciando e reivindicando melhores condições de vida e justiça social.

Uma ação coletiva que envolveu outros atores que se constituíram enquanto mediadores na construção de um movimento de Educação Popular na região do Brejo, com destaque para participação da Igreja Católica, universidades e centros de assessoria popular. Experiência que representou e representa a continuidade do movimento de Educação Popular realizado na década de 1960, expressando, assim, a vitalidade da Educação Popular junto aos sujeitos subalternos na contemporaneidade.

Referências

AUED, Bernadete W. **A vitória dos vencidos** (Partido Comunista Brasileiro -PCB e Ligas Camponesas). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Estado e educação popular no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1974.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

BERLINCK, Manoel Tosta. **CPC - Centro Popular de Cultura**. São Paulo: Papyrus, 1984.

BERTOLLAZI, Analisa. **Novo sindicalismo no campo paraibano**: continuidades e mudanças. 1989. Dissertação (Mestrado) – UFPB, Campina Grande, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação Popular na escola cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Em campo aberto**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

CARRILLO, Alfonso Torres. Educação popular como prática política e pedagógica emancipatória. In: STRECK, Esteban. **Educação popular**: lugar de construção social coletiva. Petrópolis: Vozes, 2013.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro:

Relume-Dumaré; ANPOCS, 1995.

FÁVERO Osmar; SOARES JÚNIOR Everaldo Ferreira. CEPLAR - Campanha de Educação Popular (Paraíba, 1962-1964). **Educação e realidade**, v. 17, n. 02, Porto Alegre, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GÓES, Moacyr. **Educação Popular, Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler**. Paulo Freire & Movimentos Sociais Contemporâneos, 2001. Disponível em: <<http://teiaufmg.com.br/uab/conteudo/modulo02/anexos/paulofreire-pioneirosdaeducacao.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **Ação territorial de uma igreja radical**: Teologia da libertação. Luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. 2008. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

PAIVA NETO, Francisco Fagundes de. **A trajetória religiosa política do padre Luigi Pescarmona (1960-2000): entre o *habitus* partição e o assistencial**. 2012. Tese (Doutorado) - UFCG, Campina Grande, 2012.

REZENDE, Valéria. Entrevista. **SEDUP - Serviço de Educação Popular**. 30 anos: revista comemorativa. Guarabira, 2015.

SEDUP - Serviço de Educação Popular. **Relatório de pesquisa** "Aspectos das condições de vida e de trabalho dos assalariados da cana de açúcar do Brejo paraibano". Guarabira, 1986. Mimeo.

_____. **Carta de D. Marcelo Pinto Carvalheira**. Guarabira, 1981a.

_____. **Projeto institucional de financiamento**. Guarabira, 1981b.

_____. **Projeto institucional de financiamento**. Guarabira, 1982.

_____. **Relatório setor de alfabetização**. Guarabira, 1984.

_____. **Projeto de apoio ao SEDUP**. Guarabira, 1988.

SILVA, José Barbosa da. **Assessoria e movimento popular**: um estudo do Serviço de Educação Popular (SEDUP). 1992. Dissertação (Mestrado) - UFPB, João Pessoa, 1992.

SOUZA, Fábio Silva de. **MCP - O Movimento de Cultura Popular no Recife (1959-1964)**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

SPÓSITO, Marília. **A ilusão fecunda**: a luta por educação nos movimentos populares. São Paulo: Hucitec, 1993.

TOSI, Giuseppe. **Terra e Salário para quem nela trabalha**: um estudo sobre os conflitos sociais no brejo paraibano. 1988. Dissertação (Mestrado) - UFPB, Campina Grande, 1988.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educar para transformar**: educação popular, igreja católica e política do movimento de educação de base. Petrópolis: Vozes, 1984.

Notas

[i] Universidade Popular foi o primeiro nome que surgiu no debate acerca da criação de um serviço de caráter educativo pela diocese. O segundo foi Centro Pastoral e, por fim, SEDUP.

[ii] O SEDUP recebeu intelectuais de dois movimentos católicos internacionais: MLAL - Movimentos de Leigos para a América Latina da Itália e um franco-argentino ligado ao movimento de voluntários internacional Frontier Inership on Mission.

[iii] Ação que ganhou destaque em função da quantidade de analfabetos na região, em particular na área rural, entre as lideranças dos grupos e movimentos populares.

[iv] Serviço de educação criado pela Diocese de Guarabira em 1979 para desenvolver alfabetização com crianças em situação de pobreza sem acesso à escola.

[v] Área com predominância da cultura da cana-de-açúcar com instalação de usinas de açúcar e destilaria de álcool.